

FORUM MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FMDCA/SP

ATA de reunião

Data: 10/01/2004

Local: CMDCA

Coordenador: Marcelo Nastari

Relatora: Vera Lucia Figueiredo

Pauta: Situação atual do CMDCA

Marcelo - informa que a reunião deverá aprofundar as questões levantadas na curta reunião realizada no período da manhã. Também não deverá ser deliberativa por falta de quorum.

Irmã Miriam - Informa que na última reunião da Diretoria Plena o governo responsabilizou a sociedade civil pelo emperramento dos trabalhos do Conselho por suas ausências. O que não é verdade pois as razões são outras, quais sejam:

- Os conselheiros da sociedade civil não estão ausentes. Executam os seus trabalhos nas comissões.
- As solicitações feitas pelos conselheiros não são encaminhadas pelo governo.
- O governo cancela reuniões publicadas no DO.
- Que a sociedade civil não consegue dar respostas às demandas para o atendimento das crianças e dos adolescentes da cidade via Conselho Municipal.
- Que talvez devêssemos renunciar coletivamente, sociedade civil e membros do COT indicados pelo FMDCA, na medida em que o COT também esta com dificuldades para dar pareceres por falta de informações legais que o governo não providencia com a antecedência devida.
- Entende que a decisão de renúncia deve partir do colegiado e conta com a participação do FMDCA nesta luta.
- Pergunta o que estamos fazendo no Conselho se não decidimos nada.
- Precisamos parar e avaliar o que fazer e que o cronograma não está sendo cumprido pelo governo.

João de Deus:

- Esta crise tem a ver com a verba casada e que a renúncia coletiva não resolve o problema o que devemos fazer é buscar outra alternativa.
- Devemos provocar as Instituições fiscalizadoras (Ministério Público, Tribunal de Contas) quanto aos repasses de verbas e questionar as mesmas quanto a legalidade do Decreto.
- O COT se cumprir o Decreto e as resoluções provavelmente será questionado. No entanto, a renúncia não parece ser o melhor caminho.
- Não há posicionamento do MP quanto ao Decreto. Podemos provocar o MP não com uma representação, mas na busca de orientação para as nossas ações no COT.

José Roberto:

- As prerrogativas do Conselho são atropeladas com a nova legislação.
- O Decreto é inconstitucional e deve ser revogado todo ou em partes pois não é todo ruim e ilegal.
- A Lei determina a porcentagem de verba que vai para o FUNCAD. Define também como o MP deve acompanhar as aplicações do Fundo. Está na Lei que o MP tem que responder as representações no prazo de 30 dias. Nossa tarefa é cobrar o cumprimento desse prazo para não paralisar este processo.

- O "Ondas no CEU" pode ser um caso que podemos tratar com a comissão institucional

10/10/97

10/10/97

10/10/97

10/10/97

10/10/97

10/10/97

10/10/97

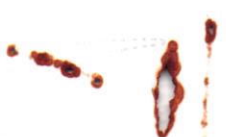
10/10/97

10/10/97

10/10/97

10/10/97

10/10/97



Marilu:

- Na sua passagem pelo COT tomou conhecimento que nem todas as secretarias pertinentes acompanham as ações do Conselho.
- Não há controle social no 1% da arrecadação.
- A campanha "1% não dói" foi totalmente irregular e as verbas continuam sem controle.
- Nem todos no governo são atuam da mesma forma. Em SAS tem uma secretária competente e idônea que é a Aldaisa.

Lourival:

- São Paulo é espelho para outros municípios.
- Entidades que não estão no FORUM questionam que o FMDCA não dá respostas as demandas da sociedade civil.
- As entidades são plurais e respeitam nossos posicionamentos e comentam que o Fórum não é harmonioso.

Therezinha Helena:

- Qual é o questionamento que fazem do FORUM? Quem questiona?
- A executiva do FORUM está aqui. Tem que explicitar os questionamentos.
- O FORUM é aberto a todos.

Lourival:

- O Fórum não informa e não provoca o MP. Essa tarefa não é só da sociedade civil.
- Se há o esvaziamento da sociedade civil o FORUM tem que se pronunciar.

Vera:

- Na última reunião do FORUM, sábado, decidimos que qualquer encaminhamento aqui proposto deverá ser discutido em reunião extraordinária a ser convocada se necessário.

Irmã Mirim:

- O Fórum foi omissos em alguns encaminhamentos quanto a eleição da presidência do CMDCA.

Iroan:

- O Fórum também está desarticulado da sociedade civil e não consegue interação com os Fóruns Regionais um exemplo disso é o COT.
- Para solucionar este problema devemos priorizar nossas ações. Provocar o MP, Fiscalizar os Conselhos, quais serão nossas prioridades? Temos que discutir isso.

Maria do Céu:

- A militância do movimento fica perdida quando aqui chega. Não consegue fazer e não consegue aprender.
- Quem está falhando?
- O Fórum é bom mas não está dando conta e os Fóruns Regionais estão ausentes.

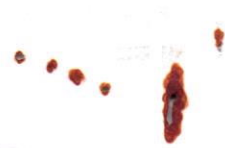
Alberi:

- A questão é do controle que o CMDCA não está fazendo e precisa fazer.
- O processo da eleição da presidência começou errado quando foi mudada a regra da sucessão por indecisão e fragmentação. Não encaminhamos junto com o Fórum nossas propostas.
- Os participantes da sociedade civil e os militantes, individualmente, devem se informar sobre o calendário de todas as instâncias e participar. Não fazemos isso e é muito ruim.

Iroan:

- O COT não pode ser só técnico, não acredito nisso. Devemos participar de todas as reuniões do CMDCA;
- O COT não deve renunciar conjuntamente com a sociedade civil. Não ajudaria em nada.

Faint, illegible text scattered across the page, possibly bleed-through from the reverse side. Some fragments are visible, such as "The first", "the second", and "the third".



Irmã Miriam:

- O CMDCA não cumpre suas tarefas (publicação de Atas, Projeto Céu, COT) e nos já esgotamos nossa tarefa e cobrar.

João de Deus:

- A legislação do COT criaria as parcerias para viabilizar nossa ação
- O Decreto em parte é bom e em parte é ruim porque cria as condições para desvirtuamentos.
- MP/Rec. Federal/TCM – principal caminho para iniciar a provocações quanto ao Decreto.
- Devemos pedir explicações para as autoridades buscando parcerias.]
- Devemos pedir audiência para o MP com a sociedade civil mobilizada (sala cheia). Os conselheiros tutelares também devem ser chamados.
- Não existe resolução do Conselho que regulamenta o Decreto. Nossa parceria é com quem tem que fazer esse controle e não é hora da denúncia.

José Roberto:

- Precisamos do posicionamento dos conselheiros presentes quanto a renúncia para encaminharmos que tipo de procedimento devemos tomar.
- Devemos concentrar esforços para garantir o cumprimento da Lei com a renúncia da sociedade civil que deveria acompanhar as ações do movimento.

Marilu:

- Essa reunião é também do Fórum e deve decidir ou se omitir. A interpelação deve partir do Fórum.

Therezinha Helena:

- Tem que decidir que assume as ações.

Cícero:

- Nosso problema é: não dá para decidir ações sem avaliar o que fizemos. Sempre abaixamos a guarda quando criamos acordos da sociedade civil.
- Precisamos decidir qual é o nosso espaço. Fórum?, Sociedade Civil? Ora é um, ora é outro.
- Não concordo com a renúncia. É necessário tempo para planejarmos nossas ações. Sermos objetivos, articularmos o movimento e prepararmos as eleições. Temos que ter cuidado para não errarmos.
- Existem duas visões. A visão do governo é impedir que o povo erre (sociedade civil). O contrário é a sociedade civil que tem que impedir que o governo erre e às vezes podemos até errar. São visões diferentes.

Ivete:

- Renúncia só unânime da sociedade civil e do COT.
- Discordo que a sociedade civil está ausente. Nós estamos nas comissões e não estamos conseguindo implementar nosso Plano que é muito trabalhoso.
- Não podemos generalizar na qualificação dos conselheiros.

Irmã Miriam:

- A renúncia já existe de fato se não nos pronunciarmos.
- No Maluf conseguimos implementar mais. É uma questão política.

João de Deus:

- É possível respeitar 3 propostas: 1) chutar o pau da barraca; 2) não saber o que fazer; 3) está tudo perdido. As saídas: 1) manter reunião do COT (28/11) debater a legalidade e levar resultado para o FMDCA; 2) não há consenso para renúncia 3) disposição de fortalecer o movimento.

Handwritten text, possibly a name or title.

Handwritten text, possibly a name or title.

Handwritten text, possibly a name or title.

Handwritten text, possibly a name or title.

Handwritten text, possibly a name or title.

Handwritten text, possibly a name or title.

Handwritten text, possibly a name or title.

Vertical handwritten text on the right side of the page.

Small handwritten text on the right side of the page.

Small handwritten text on the right side of the page.

Small handwritten text on the right side of the page.



Lourival:

- Entidades (interna/externa) comentam a perda de autonomia do CMDCA. Outros conselheiros estão na mesma situação quanto a autonomia e a situação do nosso Conselho está incomodando.
- Temos que avaliar com outro olhar e não nos curvamos ao governo.

Alberi:

- Na gestão anterior os ônus recaíam no Lourival e a sociedade civil respaldava e as vezes não apoiávamos. Perdemos muitas votações por ausências de segmentos da sociedade civil.
- Se iniciamos um movimento com as eleições não devemos renunciar mas buscaremos unificar nossas ações e sermos disciplinados com nossa presença.
- Ou se traça uma linha de trabalho com unidade ou renunciemos.

ENCAMINHAMENTOS:

1. Consulta ao Ministério Público quanto ao FUNCAD, Publicação de Atas e Decreto.
2. Levantar as ações para a próxima gestão e estabelecer prioridades.

GRUPOS DE TRABALHO – Tarefas:

OBJETO	COMPONENTES	TAREFA	DESCRIÇÃO	PRAZO
DECRETO	João de Deus Cícero	Ministério Público TCM	Interpelação (elaborar)	17/02
FUNCAD	João de Deus Cícero	Legislação Munic./Fed. Obrigações Resoluções	- doações - fluxo de capital - adequação - funcionamento	06/02
PLANO DE GESTÃO	Marcelo Lourival	Elaborar Plano	- critérios px eleição - ações - prioridades	11/02

